



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8793

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Sebastião Ildeu Maia

Data: 19/03/2013

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 34/2013. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Associação de Pequenos Produtores Rurais de Cabeceira de Baixo e Serra Verde”. (Referente à Lei nº 4.590, de 11/04/2013).

Controle Interno – Caixa: 25.11

Posição: 07

Número de folhas: 05

Ass: P2
Categoria: Utilidade pública
25.11
Ano: 07
Folha: 33

Nº 08/2013



09.04.2013

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.590, de 11/04/2013

PROJETO DE LEI Nº 34/2013

AUTOR:

Ver. Sebastião Ildeu Maia

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Cabeceira de Baixo e Serra
Verde.

MOVIMENTO

1 - Entrada em 19/03/2013
2 - Comissão Legislação e Justiça.

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

APROVADO EM REGIME DE
URGÊNCIA EM 09.04.2013



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

M. C. Almeida
19/03/2013
PROJETO DE LEI Nº 34 2013.

CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de "ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CABECEIRA DE BAIXO E SERRA VERDE", inscrita no número 15.362.443/0001-08, com sede na comunidade de Cabeceira de Baixo, Município de Montes Claros-MG.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 12 de março de 2013.


SEBASTIÃO ILDEU MAIA
-Vereador -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 19 DE MARÇO DE 2013
Silva
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM COMISSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 09 DE ABRIL DE 2013
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 034/2013 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA”, DE AUTORIA DO VEREADOR SEBASTIÃO ILDEU MAIA.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 21 de março de 2013.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 34/2013

AUTOR: Ver. Sebastião Ildeu Maia

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação de Pequenos Produtores Rurais da Cabeceira de Baixo e Serra Verde”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 19/03/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 21/03/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto pretende conceder título declaratório de utilidade pública municipal a Associação de Pequenos Produtores Rurais da Cabeceira de Baixo e Serra Verde.

Nos termos do Estatuto, a referida associação tem dentre outras finalidades as de desenvolver projetos assistenciais de combate à fome e a pobreza, para minorar os efeitos da natureza e da seca sobre o ser humano, proteção à saúde, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, assistência médica e odontológica, desenvolver projetos culturais e esportivos, para melhoria do emprego e da renda, de instrumentalização do produtor, na economia de subsistência de saneamento básico da comunidade, promoção de integração ao mercado de trabalho, assistência social aos portadores de deficiência.

Verifica-se que o projeto trata de assunto de interesse local e atende os requisitos legais previstos em lei, tendo em vista que foram juntados os documentos necessários à concessão do título.

Sendo assim, esta Comissão entende que a proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 03 de abril de 2013

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira _____

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____